

Lusofonia ameaçada

HÁ línguas a ganhar terreno nos domínios da lusofonia e o português poderá deixar de ser falado nalguns países dentro de poucas gerações.

Definir táticas e lançar estratégias está a tornar-se urgente para evitar a perda desse património de ouro que possuímos um pouco por todo o Mundo.

Em Timor já não existem escolas portuguesas. Invadido em 1975 e anexado no ano seguinte pela Indonésia, o território vive desde então sob uma política de repressão e de desrespeito pelos direitos humanos. Parte da população foi exterminada pelas tropas invasoras e com ela silenciada a língua que falava.

A divulgação do português em Macau nunca foi muito profunda e a língua vai sofrer um recuo quando, em Dezembro de 1999, o território passar oficialmente para a Administração chinesa. O funcionalismo público, sector onde ainda predominava o uso da nossa língua, pretende manter, na sua maioria, o vínculo a Portugal, prevendo-se que muitos elementos tomem o rumo da Europa. Em fins de Setembro, o secretário de Estado português da Administração Interna estará em Macau para concluir protocolos inerentes ao processo de transferência dos funcionários que não desejem permanecer no território quando cessar a soberania portuguesa.

Por Angola, os angolanos, manipulados por forças externas, matam-se estupidamente numa guerra fratricida. São milhares que deixam de falar português e milhões que se encontram impedidos de frequentar as aulas devido à intranquilidade em que o País vive. No fundo, um golpe fatal na hipótese de Angola poder vir a ser a alternativa hegemónica na África Austral e um atraso profundo no ensino da nossa língua comum junto das novas gerações.

Em Cabo Verde, o português divide-se, no falar do dia a dia, com o dialecto crioulo criado pelos habitantes do arquipélago.

Pela Guiné, o futuro da língua encontra-se ameaçado pelo projecto que certas correntes políticas de Bissau advogam de adesão do País à zona monetária do franco. A eventual adesão à União Monetária da África Ocidental daria lugar a uma maior penetração do francês, embora os governantes guineenses, por enquanto, se digam dispostos a manter o português como língua oficial do País.

Na mesma área de influência anda S. Tomé e Príncipe. Que língua irá predominar num arquipélago cujo Governo foi alertado a semana passada pelo Fundo Monetário Internacional para o facto de o grande peso da sua dívida externa colocar sérias ameaças à viabilidade externa do País?

O avanço do inglês, língua falada nos seis países que têm fronteira com Moçambique, está a pôr em perigo o estatuto do português como idioma oficial no país vizinho. Esse perigo foi assinalado durante a Conferência Nacional sobre Cultura, que decorreu recentemente em Maputo, e a mesma preocupação foi expressa ao «Jornal de Letras» por intelectuais moçambicanos.

Um deles, o poeta José Craveirinha, Prémio Camões, considera que a médio ou longo prazo o espaço cultural sustentado pelo nosso idioma comum pode ficar comprometido.

Ao Parlamento moçambicano chegou já a ser apresentada uma proposta no sentido de que, nas províncias que têm fronteiras com países de língua inglesa, o português fosse substituído pelo inglês. A proposta não passou, mas Craveirinha — que não deseja ver a língua em que tem escrito a sua obra ser substituída por outra no seu País — mantém a sua preocupação e a avisa que na próxima vez ela pode passar.

Moçambique encontra-se cercado desde Norte até ao Sul por países de língua inglesa e, segundo José Craveirinha, convém-lhes que a sua língua avance em Moçambique e que o País fique numa posição dependente. «Eles precisam dos nossos portos. Espero que não fiquemos em posição de ter que ceder».

Numa comunicação apresentada à Conferência, Benigna Zimba, Ângela Khan e Vitorino Camba, todos eles jovens académicos, referiam a importância das línguas moçambicanas, mas exaltavam a língua portuguesa, apontada como meio de viabilizar o projecto de sociedade que se procura erguer.

Contudo, se não forem tomadas medidas urgentes, os moçambicanos podem ter que falar e escrever inglês daqui a alguns anos.

Nelson Saúte escreve no «Jornal de Letras» que «o facto de Moçambique se situar numa ilha linguística — os seis países que têm fronteira falam inglês — acordou o velho síndrome do cerco anglófono. É cada vez maior o relevo que se dá ao inglês entre os moçambicanos. É comum, nos anúncios nos jornais, encontrar uma versão dos textos ou a exigência do domínio desta língua como forma de obtenção de emprego. Nos negócios, nas empresas, na diplomacia,

na política e no quotidiano, regista-se uma influência crescente da língua de Shakespeare. Não é gratuito, também, o facto de haver uma enorme comunidade de moçambicanos refugiados — mais de três milhões que viveram nos últimos anos nos países limítrofes — e os que, desde o século passado, sustentam a mão-de-obra nas minas do Rand, na África do Sul».

Ainda que a vontade política dominante seja a de manter a língua portuguesa como oficial, nota-se que a pressão de outras esferas é maior. Os ingleses, através do British Council, montaram uma das mais actualizadas bibliotecas de que os moçambicanos dispõem. Isto para não falar das acções que a representação diplomática americana promove ao nível da cultura e da comunicação social.

Para cúmulo, no Brasil, o maior e mais populoso país de expressão portuguesa, o presidente Itamar Franco enviou um projecto de lei ao Congresso Nacional para tornar obrigatório o ensino do espanhol no 1.º e 2.º graus. Na justificação do diploma argumenta-se que a inclusão daquela disciplina nos currículos é fundamental não só pelas muitas afinidades que ligam o Brasil, histórica e geograficamente, aos demais países da América Latina, mas também pela progressiva integração regional estabelecida no âmbito do Mercosul e pela necessidade de comunicação mais intensa com os Estados vizinhos.

A iniciativa do presidente brasileiro reagiu o presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, António Gomes da Costa, que num texto da sua autoria coloca duas observações muito pertinentes.

A primeira tem a ver com a utilidade real dos brasileiros aprenderem o espanhol, dada a semelhança, as matrizes e as variantes dos dois idiomas. «Não nos exige cuidados maiores entender os vizinhos. Pelo contrário: as populações fronteiriças sempre se sentiram à vontade na convivência e nas trocas». Para comprar trigo em Corrientes, ou maçãs em Santiago, nunca foi preciso falar castelhano. Portanto, a justificação de que para haver comunicação com os países hispânicos é preciso incluir nos currículos escolares, como cadeira obrigatória, a língua de Cervantes, não deixa de apresentar algum exagero.

A segunda observação de Gomes da Costa tem a ver com a reciprocidade. O Brasil, embora sendo a única república na América do Sul a falar português, não é uma Guiana qualquer, ou um país de pequeno peso demográfico, político, económico e cultural, que deva submeter-se, linguisticamente falando, aos outros parceiros. Daí uma certa surpresa ver a preocupação do Governo brasileiro em incluir nos currículos escolares o ensino do espanhol sem ao menos acertar com argentinos, uruguaios, bolivianos e chilenos, paraguaios e peruanos a fazerem o mesmo com a aprendizagem do português.

Quase perdidas para a língua portuguesa andam também as segundas e terceiras gerações das comunidades de origem lusa na maior parte dos países de acolhimento.

Para contrariar o curso dos acontecimentos, restamos depositar alguma esperança na acção do Instituto Camões, recentemente criado pelo Governo português. Como órgão capaz e efectivo na promoção e defesa da língua e da cultura portuguesa. Com capacidade de elaborar legislação, negociar acordos, colocar professores a todos os níveis, redimensionar a rede de leitores e prestar apoio em material bibliográfico e audiovisual a institutos e centros culturais portugueses no estrangeiro. E longe de ser mais um reduto para a acomodação de «tachistas».

De acordo com estratégia divulgada por Carlos Albino, o Instituto Camões vai dar prioridade à geografia afro-lusófona, e neste espaço, com aflições justificadas, encontra-se Moçambique; depois, ainda em África, considerações especiais para a África do Sul — o leitorado de Português na Universidade de Witwatersrand estará a funcionar em Janeiro — e para o Zimbábue, a recompor na área um apreciável «mapa cor-de-rosa» para a língua portuguesa; ainda para o Magrebe (Marrocos e Argélia) e também para o Senegal e Gabão (a fechar os focos de irradiação sempre viáveis e possíveis a partir do triângulo formado pela Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Depois, e ainda na linha do que é óbvio, a prioridade tática do Instituto Camões vira-se para o Brasil, Argentina e Venezuela. Em regiões mais remotas e com uma eventual ajuda financeira de Macau, o Instituto Camões tem alvos marcados em Goa, Pequim e Tóquio.

Para acompanhar esta acção de divulgação da língua portuguesa seria óptimo, a exemplo daquilo que a Igreja faz com a Bíblia, criar um fundo financeiro substancial para a impressão de dicionários e distribuí-los gratuitamente por esse mundo fora.

R. VARELA AFONSO